

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE FILOSOFIA PARA O ENSINO MÉDIO
JOADIR JOAO BIERNASKI

FILOSOFIA E ENEM: UMA REALIDADE A SE PENSAR

CERRO AZUL
2016

JOADIR JOÃO BIERNASKI

FILOSOFIA E ENEM: UMA REALIDADE A SE PENSAR

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Ensino de Filosofia para o Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Pós Graduação em Filosofia.

Orientadora Professora Doutoranda Aline da Silva Dias.

CERRO AZUL

2016

Dedico este trabalho aos meus pais:

Silvestre e Emília K. Biernaski

que sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida.

À Nossa Senhora das Graças, pelas graças concedidas.

À minha família, pelo incentivo na caminhada acadêmica, visando o meu crescimento.

Aos professores da Universidade Federal do Paraná do curso de Especialização em Ensino de Filosofia para Ensino Médio.

A Professora orientadora Doutoranda Aline da Silva Dias, por sua disponibilidade em orientar este trabalho e dedicação visando a melhoria e coerência lógica.

Aos meus colegas, que fizeram parte desse momento de minha vida e que estiveram presentes na convivência no decorrer do curso.

Ao Pólo de apoio presencial Cerro Azul, o qual proporcionou espaço para reflexão e aprendizado.

Aos amigos do local de trabalho que incentivam o contínuo aperfeiçoamento acadêmico.

*“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens educam entre si, mediatizados pelo mundo.”*

Paulo Freire

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”

Kant

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo apresentar o ensino de filosofia no Ensino Médio. Passando a situar seu ensino a partir da legislação da filosofia, ou seja, a Lei que rege seu ensino, embora não torne seu ensino obrigatório, mas percebemos seu avanço. A análise se concentra também na Matriz Curricular que orienta ações para desenvolver competências para criar, formular e complementar uma forma de consciência crítica e retórica e não simplesmente uma atividade de memorização de conteúdos. O ensino de filosofia também requer professores capacitados e que estejam abertos a ensinar e aprenderem, pois o ensino é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que se ensina se aprende. Para isto requer do professor a atitude e virtude da humildade. Estar disposto a ouvir opiniões e críticas que se tornam posteriormente bases para uma nova reflexão. No decorrer das páginas, o leitor contemplará em três partes, uma reflexão e possíveis propostas de ensino de Filosofia para o Brasil, ou seja: desde a trajetória da filosofia, bem como a reflexão acerca dos professores que ensinam, culminado nos resultados analisados no Enem e duas propostas para o ensino de filosofia no Brasil.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia, Consciência crítica, professores, Enem, Atividade.

ABSTRACT

This research aims to present the teaching of philosophy in high school. Turning to situate their teaching from the philosophy of law, ie the law governing their teaching, although do not make their compulsory education, but realize their advance. The analysis focuses also at the headquarters Curricular that guides actions to develop skills to create, develop and complement a form of critical thinking and rhetoric and not just a content storage activity. The teaching philosophy also requires trained teachers and are open to teach and learn, because teaching is a two-way street at the same time it teaches you learn. For this requires the teacher's attitude and virtue of humility. Be willing to listen to opinions and criticisms which later become bases for new thinking. Throughout the pages, the reader will include into three parts, a reflection and possible philosophy of teaching proposals for Brazil, namely: from the history of philosophy as well as a reflection on the teachers who teach, culminated in the results analyzed in Enem and two proposals for the teaching of philosophy in Brazil.

Keywords: Philosophy of Education, Critical Consciousness, teachers, Enem, Activity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FILOSOFIA E TEMPOS DE DIFUSÃO	12
2 PAPEL DO PROFESSOR DE FILOSOFIA	16
2.1 Filosofia para Professor e para Aluno	19
3 FILOSOFIA E ENEM	25
3.1 Ensinar Filosofia e Aprender a Filosofar	29
3.2 Enem e o Conteúdo de Filosofia	32
3.3 França e Uruguai: exemplos de Filosofia no Ensino Médio	33
3.3.1 França	33
3.3.2 Uruguai	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

A atividade filosófica se caracteriza pela capacidade de olhar a realidade e separar elementos, para a partir daí tomar “distância” e refletir, tecer críticas olhando mais radicalmente o problema que foi proposto. Após essa tomada de distância e a análise do problema, volta-se à realidade para tentar aplicar o que se pesquisou e refletiu.

Percebe-se que a educação passou e passa por diversas modificações, tanto construtivas como retrógradas. O Ensino de filosofia no Ensino Médio passou por diversas tribulações as quais foram de uma disciplina obrigatória até a exclusão da mesma nos períodos de ditadura militar. Hoje seu ensino não é caracterizado pela obrigatoriedade, mas apenas como uma disciplina complementar, podendo ser ofertada ou não dentro de um quadro de disciplinas optativas.

Tendo em vista a filosofia e seu ensino, esta pesquisa é dividida em 3 (três) capítulos. Em um primeiro momento, pretende-se descrever a trajetória da filosofia no Ensino Médio, com seus altos e baixos e as conquistas já realizadas até os dias atuais. Esse resgate da trajetória da filosofia traz à tona a reflexão de que ainda é necessário conquistar mais seu espaço no meio escolar, para que se “produzam” pessoas mais críticas e conscientes. Com essa análise histórica da trajetória da filosofia, procura-se tomar conhecimento da importância que ela teve até chegar nos dias atuais.

A trajetória da filosofia e seu ensino remete o leitor a repensar sua importância no Ensino Médio, visto que não se pode pensar em homens que não possuam consciência crítica diante do mundo em que se vive. É a saída da minoridade, como Kant afirma, e isso é um papel não só da filosofia, mas particularmente é ela quem motiva e leva o homem a ser construtor de sua própria história, mudando sua forma de agir e pensar diante da realidade vivida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em suma aqui a relatada, é a 9.394/96, a qual regulamenta em partes o ensino de filosofia no Ensino Médio. Em partes porque a Lei não torna seu ensino obrigatório, mas sim apenas como domínio dos conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Ela deixa um

lugar impreciso da filosofia nos currículos escolares para a formação de jovens, com isso torna a filosofia comprometida com seu conteúdo, pois a reduz em apenas formar cidadãos com conhecimentos necessários para cidadania. A filosofia, tal como regulamentada por essa lei, não deixa espaço para a liberdade e autonomia de pensamento. Para tanto, se justifica a análise e reflexão da lei que regulamenta o ensino de filosofia no Ensino Médio, visto que não deixa claro seu espaço de liberdade e autonomia no pensamento.

Já no segundo momento tem-se a reflexão acerca do professor de filosofia no Ensino Médio. O que se propõe nesse trecho da pesquisa é uma breve análise acerca dos profissionais que lecionam filosofia no Ensino Médio, bem como o aluno que está nesse período de aprendizado. O professor não é uma pessoa “acabada” em sua formação, mas sim deve ser o exemplo de que se ensina e aprende ao mesmo tempo, pois o ensino é uma via de mão dupla.

Abarca-se nesse texto ideias acerca do ensino de filosofia pois, como sabemos, na maioria das vezes o profissional formado em filosofia não consegue aulas, visto que são poucas ou, devido a forma como a lei determina seu ensino, outros profissionais do ensino acabam ministrando essas aulas. Nessa perspectiva, a filosofia perde sua essência e, por consequência, incute nos jovens conteúdos de filosofia com outro olhar, ou seja, um profissional formado em geografia vai interpretar e repassar ao aluno sua forma filosófica de ver a filosofia.

A partir disso acaba-se por difundir conteúdos de filosofia de uma forma errônea, sem fundamentação e formação profissional específica para ministrar as devidas aulas. Com isso o aluno acaba por não tomar como relevante seu aprendizado. A filosofia em sala de aula muitas vezes é pré-determinada por currículos estaduais ou institucionais. Força-se o ensino de conteúdos, empobrecendo a criatividade do aluno e a autonomia do professor. Como o professor pode atuar em sala de aula, não tornado maçante seu ensino e despertando no jovem a consciência crítica e o interesse pela cidadania, pela cultura e demais áreas do saber?

Portanto, a luta de que os profissionais de filosofia ocupem seus lugares nas escolas não é em vão. Cada área do saber desenvolve seus intelectuais próprios, os quais querem repassar seus conhecimentos em seus específicos currículos.

Chegando nesse ponto, discute-se a filosofia no ENEM. Percebe-se que sempre o que temos de pano de fundo é a Lei. Ela que orienta e norteia o ensino de filosofia. O problema é que ela, a Lei, apenas coloca a filosofia como um ensino não-obrigatório para um aprendizado para formação e exercício da cidadania. Pode-se perguntar como a filosofia é cobrada no Enem. Essa reflexão é apenas uma tentativa de despertar aos demais docentes o interesse em examinar as provas do Enem e comparar com o ensino na sala de aula.

O pensar sistemático, próprio da filosofia, está em decadência visto que a globalização introduziu a mídia. Não que ela não possa ser utilizada, mas infelizmente ela torna os jovens mais dóceis e pessoas passivas diante do saber. Não despertam em si a razão, a prática da crítica, da reflexão. Instituiu-se a interdisciplinaridade nas aulas, isto também não é problema, mas devido a dissolução e não obrigatoriedade da filosofia, ela se tornou um parâmetro de ensino. Assim, a interdisciplinaridade obriga, nesse caso a filosofia, a diluir-se, desmanchar-se em conteúdos que não levam a uma reflexão rigorosa, de conteúdo e de raiz.

Não só a interdisciplinaridade, mas a influência da sociedade do consumo em que se vive torna a filosofia um estorvo social, pois o mesmo aprendizado vai mexer com a sociedade e o aprendizado estagnado. Portanto, a aula de filosofia se tornou um espaço determinado de velocidade indo a favor do consumismo, do aprendizado estagnado, da competitividade, do prazer, e o pensamento racional crítico, que precisa de tempo, análise e que problematize a cotidianidade, acaba por cair por terra.

Essa ideia é o que cerceia o ENEM, pois a interdisciplinaridade é fundamental para que se encontre a filosofia no mesmo. Tudo está interligado. Mas será que os conteúdos transmitidos em sala de aula são dessa forma também? Ou será que a tentativa de passar os conteúdos restringe-se somente aos que motivem e incutem o exercício da cidadania, como propõe a LDB? São dúvidas que nos permitem desde já entender o possível distanciamento do ensino de filosofia com o ENEM. Na sala de aula se transmite um planejamento curricular estabelecido com temas, problemas e conteúdos de filosofia, mas chegando ao ENEM verificam-se as questões ligadas a interdisciplinaridade. Será que o aluno foi preparado para tal forma de cobrança ou

conteudística? Ou melhor, o jovem aprendeu ou desenvolveu sua razão e criatividade reflexiva, argumentativa no período de estudos de filosofia?

São dúvidas que cerceiam esta análise e que levam a refletir o ensino de filosofia nos dias atuais. É uma breve análise, que procura fomentar o debate a respeito da filosofia no ENEM, embora não seja amplamente descrita em obras, mas sim, tem grandes discussões acerca do tema descrito.

1 FILOSOFIA EM TEMPOS DE DIFUSÃO

Com o objetivo de uma breve história da trajetória da filosofia, quer-se apresentar sua relevância para o Ensino Médio, bem como além da sala de aula, levando o homem a uma forma possível de criar pessoas críticas e racionais diante da vida. Todas as leituras remetem que a filosofia e seu ensino sempre estiveram em segundo plano, mas “do século XX para cá, sua presença é diluída, e assim como hoje se dá, seu espaço não só não está garantido como não se tem clareza sobre sua função e seu lugar” (PIOVESAN e outros; 2002. p. 471).

Além de uma trajetória inicial, ela não ocupa um espaço certo e garantido dentro do papel didático. Até o século XX ela possuía uma noção de educação cristã, elitizada, detentora de um saber enciclopédico e dogmático. Logo após ela perde força e acaba-se por ficar em segundo plano no currículo do ensino.

No Brasil a filosofia apareceu com os Jesuítas. A forma proposta era basicamente clara: somente como uma educação religiosa, tendo como principal intuito fortalecer a igreja Católica. Tal curso de filosofia compreendia filósofos como Aristóteles, Tomás de Aquino, e conteúdos de ciências naturais e físicas. Segundo Horn, “O receio de “influência perniciosa” que o pensamento moderno poderia exercer, encaminhando para o deísmo, ateísmo e materialismo, levou a Real Mesa Censória a proibir a leitura de Locke, Hobbes, Rousseau e Voltaire, dentre outros.” (2000, p. 19).

Destarte, o ensino e aprendizado de filosofia era bem restrito, sendo proibidos autores que pudessem desvirtuar seus “escolhidos” para assumir o sacerdócio e dar continuidade aos ensinamentos da igreja. Isto, claro, impossibilitou a divulgação de

novos conteúdos, bem como o aprendizado de novos conceitos e visões de mundo. A partir da análise de Cartolano:

“o conteúdo cultural dessa filosofia era a materialização do espírito da Contra-reforma, que se caracterizou, sobretudo, pela reação contra o espírito crítico que nascia na Europa, pelo apego às reformas dogmáticas de pensamento, pela renovação escolástica como método e filosofia, pela reafirmação da autoridade da Igreja e dos clássicos” (CARTOLANO, 1985. p. 21 op cit HORN, 2000, p. 20).

Com a difusão de ideias iluministas por todo o mundo, encontramos em destaque no Brasil, o Seminário de Olinda que aceitava novas ideias liberais e línguas modernas. Carmem Lucia Eiterer (2004, p. 474) ressalta que nesse período vem a difusão de ideias que trazem novos conhecimentos, mas ainda com restrições de conteúdos e autores, como por exemplo Locke, Hobbes, Rousseau, Espinosa e Voltaire. As alegações para não leitura desses e outros autores era de que o povo se tornaria deísta, ateuista, materialista, deixando de lado a objetividade do curso e da igreja, que era a difusão da crença, da religião Cristã Católica.

As reformas Campos e Capanema, trouxeram a inclusão de novas disciplinas como psicologia, lógica, sociologia, história da filosofia. Porém, na “Reforma Capanema um certo avanço na luta pela implantação e presença efetiva da filosofia no currículo como disciplina obrigatória nas segundas e terceiras séries dos cursos clássicos e científico” (HORN, 2000. p.27). Com a Reforma Capanema, houve avanço na implantação da filosofia, mas no âmbito nacional ficou sendo dirigida como segundo plano na educação e currículo. Ainda mais com o golpe político de 64, passou a ser disciplina optativa, ou seja, acaba por haver um retrocesso no que antes estava avançando.

Surgem nesse período confrontos entre tendências filosóficas, alterando as estruturas antigas pré-existentes. Por outro lado, segundo Francisco Donizete Pereira a reforma de 1971, “foi [para] conduzir o ensino público de nível médio a uma profunda crise de identidade: pouco profissionaliza, não prepara adequadamente para o ingresso na universidade e não possibilita a formação humana e social integrada do aluno” (PEREIRA, 1995, p. 37 op cit EITERER, 2000, p. 477).

Considerados esse processo, seu ensino até então era “alienado”, direcionado a fins específicos, em tempos específicos, textos específicos, logo percebe-se que o ensino de filosofia não visava a formação de espírito crítico ou a saída da menoridade, como dizia Kant. Embora os tempos para a filosofia não tenham sido bons, surge nos meados da revolução das Diretas-Já, novas formas de pensamentos e legalização de várias áreas do saber, como áreas sociais, as lutas das mulheres, dos negros, dos indígenas, entre outros e também a defesa ao retorno da filosofia.

Nesse contexto, o ensino de filosofia decorreu e se difundiu mais propriamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob número 9.934/96. Contudo, a LDB não oficializa a obrigatoriedade de seu ensino, mas surge uma esperança de sua inclusão nos currículos. Com a “inclusão” de seu ensino, baseada na Lei, traz a dimensão de “desenvolver o educando, assegurar [ando] a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores” (Art. 22 op cit EITERER, 2002. p. 479).

Compreendendo e interpretando este Artigo 22 da referida Lei, percebe-se que a filosofia ocupa a formação para o exercício da cidadania, o que por sua vez não exime as outras matérias de contribuir para o seu exercício, e ainda o Artigo 36, da Seção IV, Capítulo II, Título V, menciona no primeiro parágrafo, inciso III que

“os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre (...) III. Domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.”

O referido Artigo não a implementa como matéria obrigatória, aloca-a como uma condição formalista, retórica, erudita fundada em gramaticidades específicas a uma formação simplesmente para exercer a tarefa de cidadãos. É uma perda tanto para os alunos quanto para os professores, pois “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (PCN – Ensino Médio, p. 22) se dá mais profundamente e se desenvolve com mais radicalidade e profundidade no

âmbito educacional dos conhecimentos filosóficos. Não cabe somente a filosofia este papel, mas esta tem grande parte da responsabilidade de seu desenvolvimento.

Como sabemos, a filosofia recai nos parâmetros de um “tratamento interdisciplinar e contextualizado” (PCN - Ensino Médio, p. 117), mas é importante que, embora seja programado seu ensino como interdisciplinar, haja a matéria de filosofia, com sua exposição específica dos conteúdos, levando o aluno a tecer um pensamento crítico e racional, não tomando tudo como um conteúdo dissolvido e disseminado sem profundidade e importância.

Contudo, a ideia de uma disciplina de filosofia, leva “a formação que é, afinal, duradoura, toca[ndo] os fundamentos, enquanto a informação a cada dia, [é] mais volátil” (SALLES e outros. p. 376/377), tecendo uma visão crítica e separadora de conteúdos impróprios e falseados que a sociedade midiática propõe. Com efeito, a filosofia “é sempre recomendada como conteúdo e quase sempre frustrada como disciplina – principalmente, em sua obrigatoriedade, que tornamos a defender como necessidade, sem a qual a própria inteligibilidade dos parâmetros vê-se comprometida.” (SALLES e outros. p. 376/377). Além da derrota na defesa da obrigatoriedade de seu ensino, a filosofia é colocada de forma indireta em vestibulares e outros exames nacionais ou concursos.

Esse breve resgate da trajetória da filosofia, mostra como a disciplina necessita conquistar mais espaço nos diversos campos educacionais, curriculares, políticos e institucionais. A partir da ocupação de seu espaço educacional, ela pode mostrar que possui conteúdos próprios a serem ensinados.

Infelizmente a filosofia tem apenas se limitado a repassar e reproduzir conteúdos estáticos, acabados, verdades absolutas o que por sua vez acaba por não despertar no jovem o pensamento crítico racional. Portanto,

“[...] o estudo da filosofia é essencial porque não se pode pensar em nenhum homem que não seja solicitado a refletir e agir. Isso significa que todo homem tem (ou deveria ter) uma concepção de mundo, uma linha de conduta moral e política, e deveria atuar no sentido de manter ou modificar as maneiras de pensar e agir do seu tempo. A filosofia oferece condições teóricas para separação da *consciência ingênua* e o desenvolvimento da *consciência crítica*, pela qual a experiência vivida é transformada em *experiência compreendida*, isto é, em um saber a respeito dessa experiência.” (ARANHA e MARTINS op cit por HORN, 2000. p. 31).

Logo, a construção da consciência crítica encontra fundamentos na filosofia para despertar no aluno a mudança de pensamento perante o mundo e a realidade em que ele vive. Desperta nele a experiência de viver e agir enquanto construtor e sujeito de uma história que só ele próprio pode construir e, como Kant afirmou, é o esclarecimento, a saída da menoridade através do despertar consciente crítico.

Contudo, o crescimento intelectual e crítico do homem incomoda qualquer sociedade, pois o mesmo não vai ficar calado diante das injustiças cometidas, dos problemas sociais, bem como ficar omissos diante de provocações de ideias. Inicia-se um processo de uma nova história, novos pensamentos e nova forma de ver o mundo em que habita.

Infelizmente, isso ainda não tem seu devido valor diante de currículos escolares, e sobretudo diante da sociedade. Esse breve relato da história da filosofia apresenta um pouco a dificuldade que a mesma enfrenta e já enfrentou até aqui. Mas, além dessas dificuldades, quem também possui grande dificuldade no mercado educacional é o próprio profissional formado em filosofia. Este tema trataremos no próximo capítulo.

2 PAPEL DO PROFESSOR DE FILOSOFIA

A presença da filosofia no âmbito escolar, como vimos, foi sofrida e ainda não ocupou um lugar de forma definida e obrigatória. Com isso surgem outros problemas, ou seja, a formação de um plano curricular que abranja seu ensino, bem como o que vamos discutir aqui, que é a formação de professores específicos para o ensino de filosofia.

A prática didática hoje, por muitas vezes soa como algo não muito agradável. Constantemente ouvimos ou lemos reportagens de professores que são agredidos e das condições de trabalho que são desgastantes. Segundo Gallina, existem algumas questões relacionadas a formação de profissionais de filosofia, as quais:

“dois problemas que precisam ser equacionados, a saber, um externo, relacionado com a valorização destes cursos, e outro interno, referente a concepções que embasam as atividades desenvolvidas na formação dos professores de filosofia para o ensino médio.” (2004, p. 455)

Esses problemas versam sobre a formação, a continuidade e incentivo do governo perante a disseminação da filosofia e dos cursos de licenciatura. O externo é o discurso que sempre é feito, que há valorização da educação, investimento, preocupação com a área, quando na verdade vemos a realidade do professor e das instituições que ‘capengam’ para sobreviver nos dias atuais. No que concerne à formação do profissional do ensino, percebemos também a problemática de verbas referentes a melhoria das instituições que formam esses profissionais da educação, ainda mais na área de humanas, mais precisamente na filosofia. Isso também se deve à falta de incentivo da parte do governo em promover bolsas de estudo na área de filosofia.

Vemos a crescente demanda e fomento para a área tecnológica, levando “os cursos de licenciatura [a terem] grandes dificuldades em se manterem como cursos de formação de professores, visto que as exigências fazem com que esses cursos assumam uma perspectiva muito próxima aos cursos de bacharelado” (GALLINA, 2004, p. 456). Com isso a formação começa a ficar defasada, pois não se tem investimento, ou pouco se tem para a formação de profissionais específicos de filosofia que hora estamos tratando aqui.

O problema interno é a formação do próprio professor licenciado, pois Gallina nos remete a observar que:

“a discussão sobre a formação de professores é fundamental para os cursos de licenciatura de filosofia, pois além da especificidade temática inerente a estes cursos, há uma questão nomeadamente pedagógica e que pode ser decisiva para a inserção e presença da filosofia como disciplina curricular no ensino médio” (2004 p.457).

Compreendemos que a formação do professor é de suma importância, pois a dificuldade de incentivo a licenciatura o torna um ser ‘diferente’ dentro do meio acadêmico. Sua preocupação é o que transforma o meio acadêmico em que vai atuar e insere de forma mais firme a filosofia no currículo escolar.

O que por diversas vezes os cursos de licenciatura ensinam aos seus futuros professores é que cabe a eles, e somente a eles, a transmissão de conhecimento, deve-se, portanto, “considerar o professor de filosofia um intelectual transformador [pois] não só atualiza seu compromisso filosófico como também lhe abre a possibilidade de esclarecer as condições ideológicas e materiais que operam em

sua prática docente, (...)” (CERLETTI; KOHAN, 1999, p.31). O professor de filosofia não é um ‘papagaio’ que vai repetir aquilo que lhe foi ensinado na faculdade e na sua formação acadêmica. Esse professor fará diferença nas suas aulas, pois ele é quem promove o pensamento, o aprender a pensar, abre a possibilidade do aluno tecer críticas, aumentando a sua criatividade racional e argumentativa.

Estabelecer uma forma de ensinar filosofia é complicado, pois ao mesmo tempo em que se ensina se aprende, ou seja, “consideramos que a marca principal do professor de filosofia tem que ser seu pensar crítico e criador, na aula, ou seja, deve propor-se a exercer uma prática reflexiva junto a seus estudantes, (...), ensinar pensando e pensar ensinando” (CERLETTI; KOHAN, 1999, p.32).

Procura-se ainda estabelecer um ensino de via de mão dupla. Com isso, tanto o professor ensina quanto aprende, abrindo espaço para o pensamento e a evolução de ambos, aluno e professor crítico e criativo, “esta dupla atitude leva o professor a desejar que o estudante faça o que ele lhe ensina, não porque ele o ensina, mas de uma maneira espontânea, ou seja, que o estudante aja por si mesmo, (...)”. (CERLETTI; KOHAN, 1999, p.32).

A partir deste pensamento, o professor quer despertar no aluno o desejo de conhecer e tecer críticas racionais e culturais. Passando a buscar, portanto, conhecer o conhecimento. Esse paradoxo é o que se pretende despertar nos estudantes assimilando interiormente o que é socialmente difundido.

Na relação de ensino aprendizagem, professor-aluno, aluno-professor se complementam, pois “a relação de dominação evolvem tanto o dominante como o dominado: o dominador precisa conhecer o ideal do dominado tanto quanto o seu próprio, e vice e versa” (CERLETTI; KOHAN, 1999, p.34), entendendo-se a palavra ‘dominador e dominado’ não no sentido estrito da palavra, mas no sentido de ‘conhecedor e aprendiz’, mas ainda não bem definido nestas palavras, pois nesse contexto tanto o conhecedor, professor, como o aprendiz, aluno, ensina e aprende é uma via de mão dupla, ou seja, ao mesmo tempo que se ensina se aprende, se aprende o que se ensina, e mais, levando a reflexão sobre esse ensino.

Apesar da vontade da tentativa de ensinar filosofia e a importância dela na formação cultural da humanidade, chegou a uma “situação que, conforme afirma Antônio Joaquim Severino ‘de repente ela se vê solta no tempo e no espaço, diante

da desconhecida tarefa de sobreviver por conta própria, de justificar sua própria presença e de definir sua exata contribuição, dizendo para que veio” (SEVERINO, 1980, p.05 op cit GALLINA, 2000, p.44).

Nesse contexto de uma possível perda da filosofia na formação dos jovens, ora devido a não obrigatoriedade dela, ora por indisposição para seu ensino de seus profissionais formados na área, ela passa a subsistir por três motivos, elencados por Simone Freitas da Silva Gallina, que são:

“A primeira diz respeito a LDB, isto é, uma proposta para a disciplina deve privilegiar a formação voltada para a cidadania - para uma vida ética e política. A segunda consiste na elaboração de uma proposta concreta, a qual deverá delimitar o conteúdo, o método e, sobretudo, a íntima relação entre a disciplina e o processo de formação cognitiva e afetiva dos estudantes. A terceira está relacionada aos professores da disciplina, ou seja, a filosofia no Ensino Médio depende da participação ativa dos professores, participação que permita a eles pensarem a disciplina e a pensarem-se enquanto professores de filosofia. O professor de filosofia deve assumir para si a tarefa e responsabilidade da permanência e êxito da filosofia no Ensino Médio.” (2000, p.44-45).

O que mais devemos pensar e valorizar atualmente é a terceira, ou seja, o profissional que se situa a frente da disciplina. Cabe ao professor tentar despertar no jovem o interesse pelo conhecimento, pela novidade, pela criticidade e pela razão. Se o profissional que estiver a frente da disciplina for, por exemplo, formado em outra área que não seja a filosofia, os conteúdos apresentados pelo mesmo passam a ser transmitidos de forma “rasa”, ou de forma distorcida da que um profissional formado na área transmitiria.

Os cursos que formam profissionais de filosofia são destinados a três ramos: “licenciatura (formação de professores); bacharelado (formação de pesquisadores); seminarísticos (preliminares a formação de lideranças clericais)”, (MATTAR; TOMAZETTI; DANELON; 2013. p. 122). Logo, são disponibilizados mais vagas para outros ramos, ou seja, para outras áreas e a falta de profissionais na área da educação se resolveria com um incentivo aos alunos para cursarem licenciatura.

2.1 Filosofia para Professor e para Aluno

A determinação do professor na tentativa de transmitir e ensinar filosofia deve levar o aluno e também o próprio professor a incessante busca do “querer” saber, a indagar diante daquilo que a sociedade apresenta e o desejo de saber. Essa relação de professor e aluno “se singulariza em cada pessoa que filosofa, que *realiza* a atividade de aspirar a alcançar o saber, indagando e tentando responder (e responder-se) as interrogações que (lhe) são significativas” (CERLETTI, 2013. p. 174).

Em virtude dessa busca de conhecer e responder as dúvidas internas e externas, torna a filosofia como algo “especial”. O conhecer é especial. É uma atividade de atualização conceitual, gramatical, lexical, na qual acaba por envolver-se não apenas de forma didática, mas também filosoficamente. Portanto,

“Ensinar filosofia se superpõe a ensinar a filosofar porque o característico dela é a atividade de seu exercício. Decidir *que* se vai ensinar supõe também ter que integrar o *como* fazê-lo, já que o que se deverá ensinar será essencialmente o desdobramento de uma ação: o filosofar. E o filosofar envolve aqueles que o fazem ou tentam fazê-lo, já que toca o *querer* de cada um. A tarefa de ensinar filosofia não consiste meramente em recortar um domínio do saber para passá-lo de um professor a uns alunos, mas antes de construir um espaço compartilhado em que possa ser possível filosofar. É um convite a pensar juntos.” (CERLETTI, 2013. p. 174).

Qualquer forma de transmitir a filosofia acaba-se por finalizar no exercício de filosofar. Ambos, o professor e aluno aprendem, o seu ensino é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que se ensina se aprende. É a construção conjunta de pensamentos e reflexões acerca de temas e problemas sociais, econômicos, éticos, políticos, culturais e acima de tudo da realidade que se situa no momento.

O ensino de filosofia não possui uma forma específica, cada encontro é uma nova forma de ensinar e aprender. A forma de ensinar é uma construção subjetiva que tem como fundamentos elementos objetivos e conjunturais, complementados com a forma criativa e ativa do profissional licenciado de filosofia.

Todo e qualquer ensino exige a responsabilidade de levar o aluno a crescer e sair da menoridade intelectual. Levar o outro a refletir não é fácil, visto que vivemos num mundo no qual as informações estão disponíveis diante de nós com muita facilidade, o que por sua vez não exige da pessoa pensar, refletir, é a facilidade

tecnológica que nos torna pessoas mais preguiçosas racionalmente. Nesse meio informatizado e tecnológico, habilitados professores

“serão aqueles capazes de ensinar em condições diversas, e não só porque terão que idear estratégias didáticas variadas, mas porque deverão ser capazes de repensar, no dia a dia, seus próprios conhecimentos, sua relação com a filosofia e o marco no qual se pretende ensiná-la.” (CERLETTI, 2013. p. 175).

Assim o professor se torna um transmissor de conteúdo e também aprendiz. Passa-se a ser um transformador, recriador de estratégias, ideias e propostas pedagógicas curriculares, aplicando conteúdos, além dos livros, conteúdos de acontecimentos políticos, sociais e culturais, fazendo ligações com autores e teorias de filósofos.

Para se chegar a ser um bom professor é necessário que o mesmo se conheça. É a célebre frase de Sócrates, “conhece-te a ti mesmo”. Tendo e sabendo seus limites e conhecimentos, o professor sabe de onde pode partir para ensinar e até onde pode chegar com seus conhecimentos, e também sabe estar aberto para aprender e conhecer novas formas de pensar e ver o mundo. O professor é um constante devir, ele se faz e refaz a cada dia que entra em uma sala de aula para ensinar e aprender.

Todas as profissões requerem tempo para se tornarem o que são. No que concerne a ser professor não é diferente. Passa-se por diversas fases, tornando-se professor com o tempo e com o que foi ensinado e sendo aluno também, pois “por meio dessa experiência como alunos, foram configurando, em geral de maneira bastante acrítica, uma ideia do que significaria ser um ‘bom’ ou um ‘mal’ professor” (CERLETTI, 2013. p. 176).

Como assinalado, a formação do professor se dá desde os primeiros estudos do interessado em seguir na área educacional. Todo o período de formação acadêmica resultará no profissional “bom” ou “ruim” na arte de ensinar. Somos resultados de uma formação. Temos e devemos ter em mente que somos humanos modificados e modificadores do meio em que vivemos, bem como podemos mudar nossas ideias e concepções racionais. Somos mutáveis racionalmente. Pois,

“A formação de um professor de filosofia não é a consequência de assistir a algumas disciplinas pedagógicas ou didáticas que se juntariam em algum momento com outras mais especificamente filosóficas, mas corresponde a um processo conjunto. *Todos* os docentes que se teve “formaram” os futuros professores e professoras, e não apenas aqueles que ministraram as disciplinas “pedagógicas”, ainda que muitos professores especialistas considerem que só ensinam sua especialidade filosófica. No ato de ensinar algum tema filosófico ensina-se também, ainda que não se o evidencie, a ensiná-lo. O que ocorre é que este último não costuma ser um propósito explícito de muitos professores, porque assumem que só “formam” em “conteúdos filosóficos” e, portanto, não é de seu interesse tematizar como eles ensinam.” (CERLETTI, 2013. p. 177).

Professores e alunos plantam sementes do conhecimento entre si. O professor planta a semente e desperta no aluno o interesse em aprender. O aluno planta a semente no professor e desperta nele a vontade de ensinar. O despertar de interesses em ambos faz com que se prospere a disseminação do conhecer. Pode despertar no aluno o anseio de ser um futuro professor, embora nas aulas se aprendam somente conteúdos filosóficos, o que mais tarde pode ser complementado com disciplinas pedagógicas.

Seguindo essa ideia todos possuem conteúdos de filosofia, mas ainda faltam as disciplinas didáticas, que mais tarde optando por lecionar, são complementadas na graduação e também no dia-a-dia, pois

“A formação docente em filosofia deveria “formar”, basicamente, alguém que esteja em condições de resolver o problema de ensinar filosofia, em situações diversas. Não alguém que tenha meramente “ferramentas” para ensinar, mas alguém que seja capaz de avaliar os supostos (filosóficos e pedagógicos, mas também sociais, de gênero, culturais etc.) que acompanham as distintas ferramentas e por que foram assim desenhadas, com que objeto, com que sentido. Isto permitirá que os professores e professoras estejam em melhores condições de eleger seus métodos e recursos para ensinar, em consonância com seu compromisso com a filosofia e a educação.” (CERLETTI, 2013. pp. 178-179).

Essa dinâmica da realização de poder avaliar e repensar a vida no seu conjunto social, econômico, pedagógico, possibilita ao professor tornar-se dinâmico e capaz de produzir nos alunos uma atitude questionadora, trazendo para a sala de aula uma nova forma de aprender filosofia e, sobretudo, ensinar para que serve a mesma. Ou seja, ensinar a problematizar e questionar, despertando no jovem a inquietação diante da vida e das coisas que se apresentam a si. Não há uma forma específica de lecionar filosofia. Entretanto, o ensinar filosofia é também ensinar a

filosofar, ou seja, alcançar certos conhecimentos que levem “a intenção e a atitude insistente do perguntar, do problematizar e, de acordo com isso, de buscar respostas”.(CERLETTI, 2013. p.179). A função do professor de despertar no aluno a criticidade não é tarefa fácil.

O professor não é um ser formado completamente, ele é também um produtor e reproduzidor do conhecimento que vai ensinar. Ele assume um papel de reformulação, constrói uma forma de transmitir por meio de um processo de seleção, análise e mediação dos textos originais dos filósofos.

O professor é tido como mediador de assuntos. Dessa forma ele desperta nos alunos o interesse pelo conhecer e de se lançar nos livros e escritos dos filósofos. Acredita-se que ele traz “a ideia platônica da faísca, que deve se acender na alma do discípulo para, em seguida, alimentar-se a si mesma” (PERINE, 2013. p. 152). Com o tempo a “faísca” do conhecimento passa a ser alimentada tornando-se chama, a qual se torna mais intensa e viva através da busca incessante do saber, o qual originará a verdadeira atitude filosófica.

A atitude do professor de ser mediador não o exime de ensinar. Pelo contrário, multiplica seu trabalho, pois ele deve ser um interpretador e recriador dos textos filosóficos. O jovem necessitará de mediações para compreender os textos clássicos. Com isso, a filosofia se apresenta de forma viva, onde as pessoas e o professor buscam compreender e se entender, entendendo e compreendendo a realidade que vivenciam. Logo,

“Inferimos disto, então, que todo aprendizado real é, no fundo, um auto aprendizado, já que cada um deve participar em uma apropriação singular do saber, mas, sobretudo, em sustentar-se nessa ação. Se há algo que podemos chamar uma subjetivação filosófica, ou seja, que alguém em um processo de aprendizado assuma a atitude de interpelar os saberes (e não simplesmente de reproduzi-los), é quando alguém pensa – e portanto se *pensa* – em relação com os conhecimentos e as práticas que são habituais ou dominantes.”(CERLETTI, 2013. p. 180)

O conhecimento e a formação de pessoas críticas se dá através de problematizações das coisas e das teorias já escritas pelos filósofos, os quais são discutidos e analisados. Portanto, o jovem tem a noção de poder escolher melhorar o mundo em que se situa. Não se quer que todos se tornem filósofos, mas que por

meio da filosofia possam se tornar pessoas mais críticas, conscientes de seus direitos e, sobretudo, cidadãos autônomos.

De fato, ter jovens assim com a consciência crítica, autônoma, dependerá da formação, qualificação profissional e interesse do professor. Ou seja, o professor é um constante formador e despertador desses sentimentos nos jovens, bem como ele também é um auto formador. Assume para si a tarefa de pensar e filosofar, transformando a escola, o meio social que vive e, sobretudo, os estudantes para serem sujeitos da própria história de vida, escrevendo seu futuro, de maneira que não sejam manipulados, controlados, mas sim coloquem a frente seus desejos e seus anseios de serem pessoas conscientes e construtoras de seus próprios caminhos.

O despertar para a construção do caminho e da própria história requer também a construção e reconstrução de conceitos, os quais se fazem com o decorrer e a necessidade da experiência que está vivenciando. A partir disso a filosofia ganha força para continuar através de uma reconstrução conceitual, instigando no jovem o exercício de investigar, recriar e reutilizar conceitos, possibilitando o exercício de uma razão coerente e emancipadora, cumprindo ou buscando o compromisso de uma prática universal e engajada na transformação social, afetivo-emocional, político, cultural, entre outras áreas. Entretanto, o professor não pode ser professor por mera profissão, pois ele deve assumir o compromisso de ajudar a transformar jovens em pessoas críticas no exercício do agir e do pensar.

Neste capítulo analisamos a prática didática do ensino de filosofia, bem como as questões educacionais para o profissional de filosofia. Expomos de início a reflexão acerca do professor, que deve ser visto como um recriador, mediador de informações e de textos clássicos. Cabe a ele também estar aberto a se transformar e se conhecer para, com isso, querer despertar nos jovens o interesse pela filosofia, acendendo a “faísca” e a sede de querer saber, para se tornarem pessoas críticas e modificadoras da realidade em que vivem. Na tentativa de descrever o papel do professor, seguiremos no próximo capítulo analisando a filosofia no cotidiano, mais precisamente no Enem, o que por sua vez não nos exime de poder comentar sobre outros “terrenos” em que a filosofia é abordada.

3 FILOSOFIA E ENEM

Construímos as bases para compreender a importância da filosofia no âmbito curricular. No primeiro capítulo, ao analisar a LDB, percebe-se a não obrigatoriedade da Lei em estabelecer e regulamentar o ensino de filosofia no Ensino Médio. No segundo capítulo se fez a análise para o campo do papel do professor na difusão e permanência da filosofia nos currículos e diretrizes do Ensino Médio.

Com a experiência do professor e seus conhecimentos --sobretudo a humildade de estar aberto a aprender e ensinar, pois o ensino é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que se ensina se aprende – vêm a graça de elevar o espírito do jovem a altura de sair da minoridade e, por consequência, elevar-se também. Com essa ideia, atrelar-se a cotidianidade faz com que o jovem se interesse pela filosofia, pois apontam algumas dimensões que a aula deve abarcar, quais sejam:

“a) a identificação de aspectos reflexivos (conceitos, temas, problemas etc.) de cada disciplina escolar; b) a identificação dos conceitos adicionais da tradição necessários ao tratamento dos problemas filosóficos; aqui se chega a um núcleo de instrumentos conceituais; c) o planejamento das situações didáticas mediante a projeção de relações entre os conceitos instrumentais, os temas selecionados e os textos clássicos adequados e relevantes.” (ROCHA organizado por Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. V.II, 2013. p. 46-47).

Essa sequência de dimensões visa apenas uma compreensão de como a filosofia vem sendo “aplicada” nos dias atuais, culminando no compromisso escolar que todas as disciplinas hoje assumiram, que é a formação crítica do jovem.

Esse modelo que as escolas assumiram, de tornar jovens conscientes críticos, recai também no ensino de filosofia, visando um ensino aberto a novas tendências, pois “a aula de filosofia deve aprender a acolher o imprevisível” (ROCHA. V.II, 2013. p. 47), é uma flexibilização do ensino. Essa flexibilização não quer dizer que temas, textos ou filósofos não serão trabalhados, mas sim serão interpretados e correlacionados com novas formas de pensar.

O ensino flexível é também conjuntamente um ensino interdisciplinar. Com essa ideia as competências cognitivas e a construção de um jovem crítico aumentam, pois a possibilidade do jovem adaptar-se e mudar de opinião, não

deixando de ser fundamentado historicamente e com bases teóricas, dá sentido à toda essa mudança que ocorre no mundo. Conclui-se que jovem constrói autonomia e independência no pensamento.

A noção de interdisciplinaridade surge com a “resolução 3/98, quando § 2º, alínea b do artigo 10 é afirmado que “as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para os conhecimentos de filosofia” (GALINA organizado por Sílvio Gallo e Walter Omar Kohan. V. VI. 2000. p. 43).

Pensar o seu ensino com interdisciplinar parece ser um tanto quanto incapaz de ser uma disciplina. É a ideia de incluir filosofia na matemática, física, química, entre outras matérias trabalhadas nos currículos escolares. O que pode trazer preocupação é a ideia ampla que gira em torno de que o conhecimento deve ser adequado a linguagem culta. Se assim o fizer, passa-se a caracterizar a filosofia como elitista. Por outro lado, se trazer para uma linguagem cotidiana, corre-se o risco de haver interpretações equivocadas dos textos. Então,

“Pensamos que uma primeira iniciativa poderia ser buscar traçar um plano em comum com os docentes da área de linguagem, no sentido de auxiliar no processo de desenvolvimento dos alunos. Sendo bem objetivos, acreditamos que nós, professores de filosofia, podemos auxiliar a desenvolver nos educandos uma nova atitude em relação ao ler e escrever, isto é, desde o estabelecimento pleno dos processos de letramento até a percepção de que essas dimensões são fundamentais como possibilidade de ampliação da capacidade de interpretar e agir no mundo. Um segundo ponto que nos provoca é a questão de saber até onde esse discurso desconhecido e universalista que nos fala do “ser”, da “existência”, do “movimento dialético do real”, “dos juízos” pode gerar algum interesse para quem jamais ouviu falar disso, a não ser pejorativamente, como uma “viagem” do pensamento de quem não tem mais o que fazer” (RONDON organizado por Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli, V.II, 2013. p. 65).

Ainda que isso seja apenas uma forma de tentar trazer a filosofia para o meio dos currículos escolares, não sendo estranha aos jovens, ela tem que “provar” sua importância. Pode-se pensar na pluralidade de conteúdos que podem ser desenvolvidos, como “conhecimento, verdade, valores, cultura, ideologia, alienação, sexualidade, condição humana finitude, liberdade, poder, política, justiça, arte, meios de comunicação. Filósofos mais trabalhados: Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Jean-Paul Sartre, Kant, Marx” (SALLES; BIRCHAL; PASCHOAL. p. 392).

Todos esses conteúdos trabalhados levam o jovem a pensar mais criticamente acerca da vida e também a refletir sobre o dia a dia. Além dos temas, deve-se levar em conta temas “universais como a ‘liberdade’, o ‘amor’, a ‘vida’ ou a ‘morte’”. Mas mesmo esses temas precisam ser mediados pelo “vivido” (RONDON, 2013. v.II, p.66).

Todos esses temas acrescentam uma nova forma de ver a vida, o que, por sua vez, levam o jovem a tecer reflexões críticas e conscientes, com mais radicalidade, e a aprender a defender sua opinião em discussões. Por exemplo, diante de temas como alienação, política, religião, questões de preconceito étnico e sexual. Todos esses temas podem ser discutidos de forma a não serem agressivos ou discriminatórios, que sejam também mediados na existência dos jovens críticos, advindo novas reflexões e ideias diante do mundo, pois “trata-se, portanto, de dar vida aos conceitos filosóficos” (RONDON, 2013. v.II, p.66).

Não se trata de “criar” conceitos a partir do conhecimento filosófico, mas sim de “atualizar, reutilizar os conceitos”, tendo claro, o conhecimento e a informação de onde surgiram, como e por que os conceitos são frutos de uma forma social e histórica de pensar, pois

“abrem as portas para novas expressões, pelas múltiplas possibilidades de interpretação e vivência numa mesma situação dada. Para aqueles que optam por uma abordagem crítica, ‘os conceitos teóricos terminam com a transformação social’” (MARCUSE op cit RONDON organizado por Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli, V.II, 2013. p. 66).

Compreende-se, portanto, que os conceitos culminam numa transformação social, não somente na transformação, mas também por ela se criam e surgem novos conceitos e formas de pensar. Não cabe aqui alegar que a filosofia torna-se meros conceitos e análise dos mesmos ou que as aulas de filosofia servem para aprender somente a criticar ou torná-las uma variedade de temas com olhar filosófico. Servem para as tornar pessoas mais cultas racionalmente, fazendo com que saiam da minoridade, sabendo se desenvolver e ser cidadãos conscientes do seu dever e direitos na sociedade.

Tudo isso levar a crer que as aulas de filosofia são democráticas, pois abarcam a pluralidade e a diversidade de temas, conceitos e autores, levando a crer que o jovem sairá e será mais autônomo em seu pensamento.

O que por vezes preocupa também é o professor e a sua formação. Muitas vezes o professor que ministra as aulas não é o que tem a formação filosófica. São pedagogos, historiadores, geógrafos, biólogos que interpretam a filosofia a seu modo de conhecimento e formação. Isto acaba por fazer da filosofia aulas meramente espontâneas e sem rigor, o que por sua vez descaracteriza a própria filosofia.

Uma forma didática de ensinar e que já foi mencionada é a interdisciplinaridade. Analisar textos jornalísticos, literários com base e olhar filosófico traz os alunos a consciência racional e desperta neles o olhar filosófico para o mundo, levando a reflexão, antes de aceitar valores e formas de vida.

A forma de ensinar leva a introduzir textos filosóficos. Estes não devem ser introduzidos como textos superiores ou determinantes, mas sim fontes de inspiração e reflexão. Logo,

“uma das riquezas da produção filosófica é possibilitar uma quebra com a lógica do pensamento unidimensional, pois ao expor as várias reflexões construídas pelos filósofos para os temas apresentados, sem apelar para um critério de autoridade para julgá-los, pode auxiliá-los a construir seus próprios “pontos-de-vista” de maneira autônoma” (RONDON organizado por Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli, V.II, 2013. p. 70).

Romper com a lógica de um ensino tradicional, na qual a leitura de textos é o foco principal nas aulas, não é fácil, pois parte do professor e de sua abertura a nova forma de ensinar. Utilizar filmes, dramatização, dinâmicas de grupo torna a aula prazerosa e mais atraente. Tudo ajuda no despertar do jovem a criticidade e interesse em repensar a vida e a sociedade.

Por outro lado, devemos levar em conta a ideia positivista que se instaurou nas escolas. O progresso científico passou por cima de tudo e de toda forma de reflexão mais rigorosa, pois o positivismo exige uma fixação momentânea de conteúdos. Infelizmente, as correntes pedagógicas após o século XX também seguem uma linha positivista, na qual o conhecimento não necessita de reflexão, é apenas um processo neurológico. A filosofia ou seu exercício não podem ser estáticos. Ela exige abertura para reflexão e construção de argumentos acerca de diversas formas metodológicas, “seja ele, fenomenológico, existencialista, racionalista ou qualquer outro que se inscreve no universo da história da filosofia” (GUIDO, 2000, p.88).

Seu conhecimento não se dá de forma tão determinada como na ciência. A filosofia é o que motiva o porquê do problema, e não se preocupa tanto com a solução. Sempre há uma abertura para a reflexão. Uns tecem reflexão, mas há outros que encontram algo a ser questionado e isso faz da filosofia sua perpetuação, como construir novas reflexões acerca de problemas passados, destacando o tema sobre o que é o homem. Várias teorias surgiram, vários pensadores, vários métodos, porém não há uma conclusão como na ciência. Sempre está aberta a discussão e a tentativa de definição.

3.1 Ensinar filosofia e aprender a filosofar

Volta-se a ideia de ensino como sendo uma via de mão dupla. Tanto o professor, que não deve ser uma pessoa resignada no conhecimento, nem um mero “técnico” ou profissional que entra na sala de aula e “vomita conhecimentos”, ele deve sempre estar aberto a uma nova reflexão, bem como receber críticas de seus alunos. O professor é um intelectual transformador.

Através da transformação da mente dos alunos, e por consequência a da própria mente do professor, se dá um processo de superar o senso comum, embora muitas vezes seja necessário partir dele para se chegar a uma reflexão mais profunda. Contudo, força-se a um crescimento intelectual, uma nova consciência crítica. Toda essa mudança deve acompanhar a transformação que se mostra com os homens intelectuais orgânicos, ou seja, ao mesmo tempo que sabem, aplicam o que sabem na realidade vivida, “daí ser possível afirmar que há uma relação inseparável entre filosofia e política, já que as relações de poder sustentam-se na visão de mundo definida no coletivo social” (MARTINS, 2000, p.98).

Essa relação mostra que a filosofia não é abstração, algo somente na mente. Ela é a realidade que se vive. Com ela faz-se vida, homens sábios e conscientes dos deveres e direitos críticos e construtores da história. O que pode suscitar a questão: para quê, então, se ensinar a filosofia? “Primeiro, porque ela é de interesse geral e, segundo, porque é essencialmente política. Nesse sentido, ao dizer que a filosofia é de interesse geral, estamos pretendendo indicar que ela faz de objeto os problemas que afetam a existência de todos os homens” (MARTINS, 2000, p. 106).

Seguindo esse raciocínio, percebe-se que a filosofia não é algo que passa um conteúdo recortado de algum tempo de algum filósofo. Ela é uma forma de vida, uma reestruturação de pensamento juntamente com a realidade que o mesmo vive. Isso se dá na reflexão radical, rigorosa e de conjunto. Caso contrário, o homem, ou o jovem, se tornará alguém de fácil manipulação social, buscando sempre a imediatividade das coisas e respostas finais.

Um segundo momento de se ensinar filosofia vem da noção política. A superação de problemas sociais se dá através da “abertura” da consciência através da filosofia. É a ação do homem perante a sociedade. Essa ação se dá através da consciência crítica da real situação que o mesmo vive. Passa-se, portanto, a construir a história e também modificá-la, não estando alheio à transformação, mas sim fazendo a transformação que se quer ver.

É uma nova forma de ensinar, repensar a filosofia. Não deixando de utilizar textos filosóficos, mas sim passar a tê-los como fundamento e base para construir novas reflexões. “Essa materialização da filosofia, essa tentativa de re-articular a filosofia mediante a sua vinculação com a realidade material tem como decorrência romper com o modo com que sempre foi administrada às massas.” (MARTINS, 2000. p.108).

A vinculação da realidade com os textos leva a uma re-significação da disciplina de filosofia. Propicia um aprendizado de todos, produzindo uma nova visão de mundo. Abrem-se as mentes para uma posição e produção de críticas que promovem a “elevação das consciências dos educandos do nível médio de ensino, forjando nesses jovens ‘uma ordem intelectual’ que os motive a agir, superando a contemplação e simples interrogação individual sobre o mundo” (MARTINS, 2000. p. 108).

Toda essa “nova” forma de repensar o ensino de filosofia abarca também uma possível re-significação e re-articulação da didática disciplinar, como conteúdos, pois eles se tornariam e fariam da história uma forma de vida o que transformaria em filósofos, inovando ou sendo uma mediadora do ensino-aprendizagem.

Partindo dessa ideia de re-significação, a interdisciplinaridade acaba por se tornar uma nova possibilidade também. Não que hoje não haja, mas se tornaria mais facilitado, pois a filosofia sendo parte da vida, ou a vida em si, toda ela acaba

fazendo parte da mesma ou do mesmo ensino aprendido. Pois o conhecimento se dá do geral, ou seja, da vida em sua totalidade e chega ao particular, a cada realidade em si.

Pode-se chegar a uma possível conclusão, ou seja, o ensino de filosofia é unicamente interdisciplinar, pois ele não determina um conhecimento específico. Abrange desde os estudantes de matemática até artistas executivos. Por que será? Porque a filosofia pertence aos estudos para além do profissional. Ela abrange e pertence aos seres humanos que se encontram num espaço e tempo, levando-os a refletir “a respeito das circunstâncias, projetos, escolhas e modos de atuação” (ARANHA, 2000. p. 115).

Chegamos a uma forma de pensamento que ultrapassa o senso comum. Para isso é importante a filosofia, o estudo de conteúdos que contribuem para tal passagem, pois

“O senso comum é o conjunto de ideias e valores que resultam da tradição e da experiência, mas, como tal, é um saber não-crítico, fragmentado, incoerente, desarticulado e que, portanto, se encontra misturado a crenças e preconceitos. Já o bom-senso é seu ‘núcleo sadio’, por resultar da elaboração coerente do saber e da explicitação das intenções conscientes dos indivíduos livres.” (ARANHA, 2000. p. 117).

Tendo essa passagem despertada, desperta no jovem o incômodo diante do comodismo, do conhecimento estático, acabado. A filosofia atua como um “corrosivo” nesses campos. Ela “cutuca” e deixa inquieto o jovem no que diz respeito a conhecer, saber e tecer reflexões acerca do que se recebe em textos e teses dos mais variados conteúdos, porque “a atitude de filosofar supõe a aquisição de instrumentos conceituais para transformar a experiência vivida numa experiência compreendida [...]”(ARANHA, 2000. p. 117).

Postos em discussão a vida e uma possível criação e utilização dos conceitos filosóficos, cabe ao professor orientar a socialização e difusão dos mesmos, atentando-se a um melhor desenvolvimento crítico do jovem. Essa nova aquisição de conhecimento deve também trazer uma mudança na vida, um compromisso com ela, buscando uma possível unidade do saber e do agir humano, visto a vida multifacetada e fragmentada que vivemos. Portanto, “o ensino de filosofia para

jovens representa um esforço em direção à construção de uma sociedade pluralista tolerante e democrática” (ARANHA, 2000. p. 118).

3.2 Enem e seu Conteúdo de Filosofia

Ao analisar a matriz curricular do ENEM do ano de 2009, vê-se que a filosofia interage com todos os campos de conhecimento. Não é algo determinado como matemática, física, química, mas sim algo que abrange campos das ciências humanas. Embora seja mais visível nesta área, vemos resquícios de filosofia nas matrizes de referências das ciências da natureza, da matemática, linguagens, códigos e, claro, na tecnologia, onde todas as áreas são correlacionadas e interdisciplinares.

Na matriz curricular de linguagens, códigos e tecnologias percebemos uma clara “cobrança” estética ou filosofia da arte, como se vê na

“Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade.

H12 - Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.

H13 - Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.

H14 - Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 3).

Esse tema abrange inúmeros conteúdos. Aqui o que destacamos é o belo. O belo requer analisar as produções artísticas, entendendo o meio social em que foi produzido, bem como a apreciação da arte. Entende-se que o homem cria, transforma e tenta dar sentido ao mundo.

A arte, ou o belo, também desperta no jovem a crítica àquilo que é arte. Passa-se a expressar juízos de gosto. A arte não está só nas pinturas, gravuras ou esculturas, mas também em músicas e poemas, que por sua vez retratam o sentimento do artista que os produziu. A partir dessa análise estética de arte, cria-se um conhecimento acerca de diferentes áreas do saber humano como, por exemplo, a história, a sociologia, a física, as técnicas de pintura, equipamentos e construções.

Além disso, desperta o interesse pela cultura, pela poesia, por conhecimentos eruditos, saindo da menoridade.

Já na competência da área 5 e 6 da mesma matriz de referência, é salientada a filosofia da linguagem. Nesse aspecto, vários campos se acercam desse saber. Os neurocientistas, matemáticos, linguistas e psicólogos. Também se aprende a história da filosofia, bem como outras áreas, mas principalmente acerca da ligação de som, significado, signos. Com isso, aprende-se/incentiva-se a tecer críticas e a escrever textos com a expressão das ideias de forma lógica, que já é outro “setor” da filosofia que é ensinado e cobrado no Enem.

A linguagem ou linguística pesquisa cientificamente a linguagem verbal e lógica. Toda forma de se expressar é uma forma de linguagem. Hoje em dia uma das linguagens mais utilizadas acreditamos ser a da tecnologia dos sistemas de informação, ou seja, a internet em seus diversos meios.

Mais à frente nas competências da matriz curricular, percebe-se a filosofia da ciência, da natureza, bem como a ética, o papel do Estado e sua função, a política, o conhecimento. Todos esses conteúdos são encontrados nas provas do Enem, de forma interdisciplinar. Assim, se transforma e requer do jovem uma atitude crítica pensante e, sobretudo, “ligado” na realidade em que vive, não esquecendo a história dos que passaram e fizeram com que todo esse conhecimento que possuímos chegasse até nós.

Enfim, a análise de provas do Enem também confirma a interdisciplinaridade existente nas questões. Isso nada mais é do que uma nova forma de compreender a filosofia nas suas múltiplas facetas que apresenta. Percebe-se que ela tem sim seu conteúdo próprio, mas ela também é transmitida e mais difundida através de outras disciplinas, o que por sua vez traz atenção do jovem para tal conteúdo. Longe de ser a solução dos problemas educacionais de transmitir filosofia, atenta-se para uma possibilidade que contribui e auxilia professores na luta diária de disseminar o conhecimento.

3.3 França e Uruguai: Exemplos de Filosofia no Ensino Médio

3.3.1 França

Um dos primeiros países onde a filosofia foi introduzida nos meios curriculares das escolas foi a França. Nesse aspecto percebemos alguns pontos que podem contribuir para o ensino de filosofia no Ensino Médio aqui no Brasil. Em um primeiro momento, é a ideia de disseminação da filosofia para todos. Todos abrangendo pessoas e também conteúdos. Num segundo momento, algumas formas ou paradigmas que contribuem para estruturar o ensino de filosofia: paradigma histórico, ou seja, a história das ideias; paradigma doutrinal, filosofia oficial; paradigma positivista apoiando-se sobre as ciências humanas, lógica formal, epistemologia; paradigma praxiológico abarcando questões éticas, regras e moral.

Apresenta-se três objetivos seminais: a conceitualização, a problematização e argumentação. A conceitualização é a elaboração de conceitos. A problematização elaboração de problemas fundamentais. A argumentação que é a exposição e construção de argumentos. (GALICHET, 2000. p. 49-54).

Como base na educação e ensino de filosofia na França segue quatro lógicas: lógica da instrução, ou seja, um acesso a racionalidade; lógica da aprendizagem, meios de adquirir o conhecimento de forma autônoma; lógica da explicação na qual faz-se a relação entre o desenvolvimento das ciências humanas e o ensino filosófico, e, por fim, a lógica da confrontação, acentuando uma ética da alteridade, a ética da discussão. A articulação dessas quatro lógicas faz com que o ensino de filosofia se dê de modo efetivo nas escolas da França.

3.3.2 Uruguai

No Uruguai o ensino de filosofia é aplicado de forma regular aos jovens. Há uma espécie de inspeção de filosofia. “A disciplina de ‘filosofia’, no secundário, abarcou e ainda abarca uma série de conteúdos temáticos, discutivelmente filosóficos, tais como psicologia (científica), estudos de bases orgânicas das atividades físicas, além de determinados aspectos da antropologia, lógica ou linguística”. (LANGÓN organizado por Sívio Gallo e Walter Omar Kohan, 2000. p. 66). Embora no seu ensino haja conteúdos específicos, este sempre foi concentrado

na transmissão de conhecimento, não se importando muito com o pensamento e desenvolvimento crítico dos jovens (2000. p. 68).

A partir disso, quer-se voltar para a forma como a filosofia surgiu, ou seja, trazê-la novamente para a praça. Assim, ela se tornaria, e traria a todos, uma nova forma de pensar criticamente, ampliando seus conteúdos e expectativas. Todo passa a ser questionado e visto de uma forma crucial e melhor adaptável a cada situação de vida. Essa ideia desenvolve pessoas capazes de produzir pensamentos críticos e autônomos, desenvolvendo uma sociedade com vida democrática e social.

Elencamos algumas possibilidades e ideias com a problemática de conteúdos expostos nas salas de aula e um pouco da forma como os dois países tem a filosofia nos seus currículos escolares. Cada uma pode nos mostrar um exemplo de como nós podemos também desenvolver uma metodologia própria para disseminar e dar continuidade na luta de ministrar e perpetuar a filosofia em nossos jovens e em nossas escolas, transformando-os em pessoas mais críticas e conscientes da realidade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando refletimos sobre o ser humano, passamos a pensar também em sua formação. A formação humana em sua totalidade. Compreende-se que ao analisar a filosofia em sua difusão, cabe ao professor encontrar formas de perpetuar seu conteúdo e, assim, despertar no aluno o gosto pelo aprendizado, para que assim ele possa se utilizar de sua racionalidade para ser uma pessoa crítica e consciente.

A trajetória da filosofia não foi e nem é fácil. Sua presença ganhou força após a Lei 9.394/96, mas não de forma obrigatória, pois esta apenas legaliza uma forma de incluir a filosofia nos âmbitos escolares e curriculares. Considera-se uma perda para o sistema educacional e para toda a população, pois o mesmo ensino torna as pessoas mais críticas e mais conscientes das atitudes que tomam diante da vida. A filosofia prepara melhor a população para a vida, tornando-os mais cultos e mais sábios.

A filosofia representa uma formação sólida e separadora de informações voláteis, carentes e deficientes que possuímos hoje em dia. Faz com que os jovens saiam da minoridade, como afirma Kant. Sua inclusão nos currículos escolares

muitas vezes se limita a repassar e reproduzir textos estáticos e pré-determinados pelo governo ou pela instituição de ensino. Seu incurso constrói a consciência crítica, a ligação de pensamento e ação, visando a transformação do mundo e de si mesmo, buscando uma realidade mais justa e correta.

Esse crescimento racional crítico causa transtorno a sociedade que o mesmo habita. Deixa inquietos os que querem manipular as pessoas e incutir nelas verdades absolutas e inquestionáveis. Se os mesmos se transformam em pessoas críticas, transformam também o ambiente em que vivem. É a consciência de serem “homens orgânicos”, ou seja, o que se pensa, se transforma e faz a realidade.

Assim, o ensino de filosofia, ao ver do crescimento intelectual, deveria ser obrigatório. Com ele geram-se novos homens e mulheres, por consequência, uma nova sociedade. Infelizmente diante dessa proposta surgem outros diversos problemas, como por exemplo a formação de professores e sua devida contratação.

O ensino de filosofia muitas vezes foi “entregue” nas mãos de professores de português, geografia, história, entre outros. Essa maneira de ensinar torna a filosofia uma filosofia da forma que o professor vê, ou seja, o professor de história vai ensinar da forma que ele entende história, assim como os demais. Não entra-se no mérito de dizer se as aulas são boas ou não, mas sim de discutir a realidade e a defesa de que professores licenciados em filosofia ocupem seus devidos cargos. Assim, seu ensino perpetua-se, como o da matemática, português e demais conteúdos curriculares.

Percebe-se também o investimento na formação de professores de filosofia. Há diversas vagas e oportunidades para áreas que correspondem a conhecimentos tecnológicos, mas nas áreas que são humanas são menores, principalmente nas licenciaturas.

Os professores de filosofia não devem ser formados somente para transmitir ou repassar conteúdos. O professor deve ser considerado um intelectual transformador. Ele deve ser humilde, pois ao mesmo tempo que ensina ele deve estar aberto a aprender. O ensino, seja ele de filosofia ou não, é uma via de mão dupla, ao mesmo tempo que se ensina se aprende, claro o professor a frente, portanto, deve ter a virtude da humildade.

Determinar conteúdos, textos, formas de ensinar filosofia é um tanto quanto difícil, visto que a própria filosofia não “gosta” de determinações ou conteúdos estáticos. Por isso a humildade no professor é fundamental. Essa relação de ensino-aprendizagem é constantemente enriquecedora para ambos. Torna o conhecimento especial, ou um exercício filosófico transformador especial. Problematiza-se e reflete-se sobre as questões vivenciadas e que vem a ser vividas.

As suspeitas inerentes a esta pesquisa foram em partes não solucionadas. No que concerne as questões da legislação em vigor, percebe-se que não são mais que constatações da não obrigatoriedade e segurança que a Lei infere. As dificuldades de formação de professores licenciados para atuar nas escolas também é um problema que elencamos.

No que concerne a uma possível descoberta da filosofia no Enem, percebe-se que a mesma é pré-estabelecida como sendo transdisciplinar. Conforme as provas e a Matriz curricular, analisa-se que a prova está encoberta de filosofia. Em todos os conteúdos que são cobrados há filosofia.

Duas possíveis perspectivas são elencadas e abordadas no último capítulo. A filosofia na França, onde foi um dos primeiros países a introduzir a filosofia nos currículos escolares. Abrange-se, nesse trecho, as especificidades como ela é tratada. Lá ela possui peculiaridades como o tratamento por paradigmas e lógicas que, em articulação, constroem a base filosófica nas escolas.

Outra perspectiva é a filosofia no Uruguai. Nesta realidade o governo possui uma espécie de inspeção para o ensino de filosofia nas escolas. Com isso mantém a filosofia nos currículos e nas escolas, bem como mantém professores licenciados nas suas áreas. Mesmo havendo conteúdos específicos a serem tratados, o que perdura como pano de fundo e obrigatoriedade é a transmissão do conhecimento para o desenvolvimento de jovens críticos e conscientes.

Possui-se a ideia de trazer a filosofia novamente para as praças. Tornar a discussão aberta, não somente a pessoas específicas, mas agora a todos, sejam jovens, mulheres e demais pessoas que, na época da Grécia antiga, não poderiam estar no meio das discussões acerca do desenvolvimento da pólis. Com essa nova transformação, produz-se pensamentos e pessoas críticas, autônomas, o que por sua vez reflete-se numa sociedade mais justa, democrática e socialmente igualitária.

Resta-nos, no entanto, para efeitos de considerações finais esclarecer ao leitor que esta pesquisa não é mais que um passo introdutório, que converge à inúmeras dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam como professores de filosofia. Sendo assim, essas análises descritas corroboram como mais uma fonte de indicações possíveis para confrontos e análises futuras responsáveis, despertando a vontade e a curiosidade para um maior aprofundamento da problemática investigada.

REFERÊNCIAS

ARANHA e MARTINS *op cit* HORN, G. B. A Presença da Filosofia no Currículo do Ensino Médio Brasileiro: uma Perspectiva Histórica. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II, Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portal MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=841-matriz-1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>, Acesso em 13 de junho de 2015.

CERLETTI, A.A.; KOHAN, W. O. *A Filosofia no Ensino Médio: Caminhos para pensar seu sentido*. Trad. Norma Guimarães Azevedo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CERLETTI, A. A. A formação docente no ensino de filosofia. *Filosofia e Formação*. Org. Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. Volume I, Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

EITERER, C. L. Da Companhia de Jesus aos Nossos Dias: um comentário sobre a história do ensino de filosofia na escola média do Brasil. *Filosofia e Ensino em Debate*. Org. Américo Piovesan ... *et al.* Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

GALLINA, S. F. S. A Disciplina de filosofia e o Ensino Médio. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II, Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

GALLINA, S. F. S. Formação de Professores: a filosofia e o Ensino Médio. *Filosofia e Ensino em Debate*. Org. Américo Piovesan ... *et al.* Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

GALICHET, F. A Didática da Filosofia na França: Debates e Perspectivas. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

GUIDO, H. A. de O. A Filosofia no Ensino Médio: Uma Disciplina Necessária.. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

HORN, G. B. A Presença da Filosofia no Currículo do Ensino Médio Brasileiro: uma Perspectiva Histórica. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II, Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

LANGÓN, M. Apresentação da Educação Filosófica no Uruguai. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

MATTAR, A. M.; TOMAZETTI, E. M.; DANELON, M. Filosofia como Disciplina Escolar. *Filosofia e Formação*. Org. Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. Volume I, Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

MARCUSE *op cit* RONDON, R. Entre o universalismo da tradição filosófica e a diversidade local nas escolas e seus sujeitos. *Ensinar Filosofia*. Org. Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. Volume II, Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

MARTINS, M. F. Uma Nova Filosofia para um Novo Ensino Médio. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, F.D. 1995 *op cit* EITERER, C. L. Da Companhia de Jesus aos Nossos Dias: um comentário sobre a história do ensino de filosofia na escola média do Brasil. *Filosofia e Ensino em Debate*. Org. Américo Piovesan ... *et al.* Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

PERINE, M. Aprendendo e Ensinando a filosofar. *Ensinar Filosofia*. Org. Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. Volume II, Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

PEREIRA, F.D. *op cit* EITERER, C. L. Da Companhia de Jesus aos Nossos Dias: um comentário sobre a história do ensino de filosofia na escola média do Brasil. *Filosofia e Ensino em Debate*. Org. Américo Piovesan ... *et al.* Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ROCHA, R. P. da,. A Didática na Disciplina de Filosofia. *Ensinar Filosofia*. Org. Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. Volume II, Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

RONDON, R. Entre o universalismo da tradição filosófica e a diversidade local nas escolas e seus sujeitos. *Ensinar Filosofia*. Org. Marcelo Carvalho, Gabriele Cornelli. Volume II, Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

SALLES, J. C.; BIRCHAL, T. S.; PASCHOAL, A. E. Disponível em www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14filosofia.pdf acesso em 13 de junho de 2015.

SEVERINO, A. J. *op cit* GALLINA, S. F. S. A Disciplina de filosofia e o Ensino Médio. *Filosofia no Ensino Médio*. Org. Silvio Gallo, Walter Omar Kohan. Volume II, Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

_____ Artigo 22 *op cit* EITERER, C. L. Da Companhia de Jesus aos Nossos Dias: um comentário sobre a história do ensino de filosofia na escola média do Brasil. *Filosofia e Ensino em Debate*. Org. Américo Piovesan ... *et al.* Ijuí: Editora Unijuí, 2002.